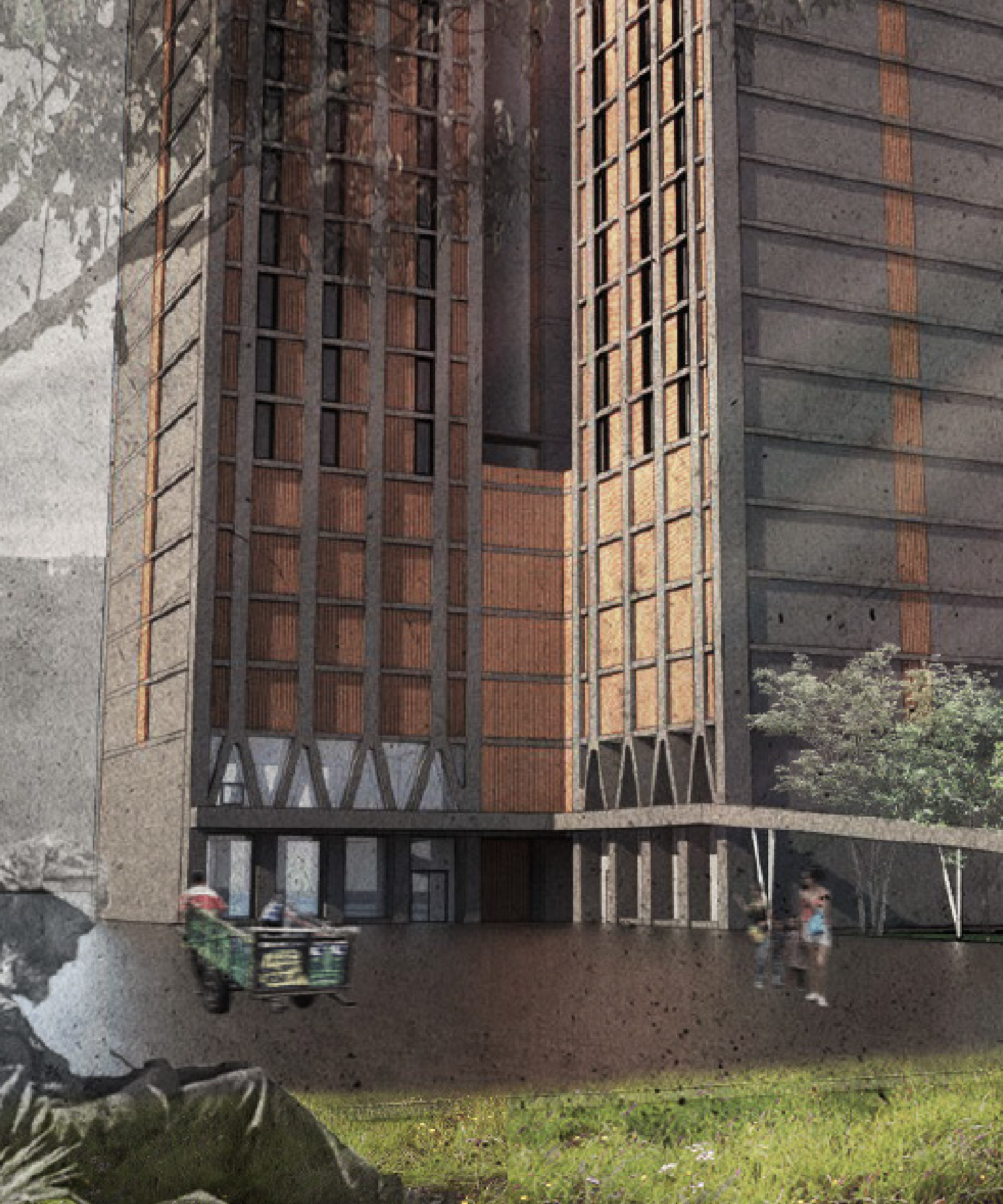




ARTIGOS

RESUMO

No ano de 2011, em Brasília, foram contabilizadas mais de 2500 pessoas em situação de rua, uma grande parcela se encontra em albergues e as outras em baixo de marquises, viadutos, pontes e nos mais inusitados locais. Estas pessoas são integrantes da imagem da cidade sabiamente descrita por Lynch (1960), e na maioria das vezes, despertam sensações de desconforto aos outros habitantes que não absorvem bem a ideia de partilhar espaços públicos. Neste contexto, este exercício acadêmico apresenta uma forma, pouco convencional, de pensar um abrigo para esta parcela da população em formato de edificação em altura. O texto apresenta, principalmente, as soluções arquitetônicas propostas para o cumprimento do programa estabelecido, a preocupação com a estética e com a durabilidade dos materiais.

Palavras-chave: População em situação de rua, edificações em altura, abrigo, albergue.

CIDADE DE QUEM? HABITAÇÃO PARA MORADORES DE RUA
Milena C. S. de Lannoy e Stephanie Campos de Jesus | CAU/UCB

“Aos olhos do brasileiro os moradores de rua são uma gente desqualificada que suja a urbanidade asséptica do Plano Piloto. Nós esquecemos que a cidade, Brasília, ou qualquer outra do planeta, pertence a quem nela vive ricos, pobres e miseráveis, brancos, pardos e negros, limpos e sujos, bonzinhos e malvados, com e sem teto. A indigência acampada no canteiro central da utopia diz respeito a todos nós. Menos a quem é simpático às ideias de higienismo – aquelas que sustentaram a ideologia nazista.”

(FREITAS, Conceição de. Feios, sujos e malvados. - Coluna XX, Correio Brasileiro, outubro de 2011)

O trecho acima, de autoria de Conceição Freitas, ilustra uma situação de conflito comum nas cidades e que passa despercebida muitas vezes, justamente pela sua repetição: a ocupação dos espaços públicos pelo morador de rua. Nas calçadas, marquises, viadutos, na sombra das árvores, nos mais inusitados espaços, e por onde passemos rapidamente o olhar, vemos esses corpos que habitam nas ruas e, às vezes, quando o nosso olhar se demora um pouco mais nessas figuras tão estranhas e ainda assim comuns, nos indagamos: “De onde veem? “. A designada “população de rua” existe desde que o mundo é mundo, por assim dizer, aparecendo já nas civilizações romanas, gregas e egípcias. (SANTOS e BEVILACQUA, 2012). Porém, foi com o advento do capitalismo que isso deixou ser um modo de vida para se tornar um problema social:

“Neste sistema, os espaços públicos e privados de toda sorte eram para poucos e o papel do Estado ao longo destes últimos séculos era o de garantir que os que “pertencem” tivessem mais direitos de pertencer, ao passo que os que nada têm, deveriam ter menos ainda...” (GATTI, 2011, p. 13)

No Brasil, nas últimas décadas do século XIX, as ações de adensamento urbano e vinculado a ela, práticas higienistas, que através da expulsão compulsória de milhares de indivíduos com o objetivo de urbanizar e “embranquecer” os centros das cidades, culminaram em três grandes processos: a formação das favelas (em locais centrais), das periferias (em locais afastados) e na massificação dos moradores de rua. Essas medidas se perpetuam ainda hoje em todo país, tendo o Estado atuado de maneira a esconder e ocultar dos espaços da cidade o “problema” que atende pelo o nome “morador de rua” ao invés de dialogar por uma solução definitiva. Tal afirmação pode ser ilustrada se relembrarmos as diversas ações de órgãos da justiça que denunciaram atividades de recolhimento e internação compulsória massificada da população de rua por parte do Estado no período que antecedeu a Copa do Mundo de 2014, de acordo com dados do Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas em 2013.

Tratar dos espaços públicos é, então, indispensável quando falamos da população em situação de rua. Contrariando o senso comum, os moradores de rua não são um grupo homogêneo, há uma extensa variedade de perfis a serem analisados para que se possa compreender suas demandas, sua organização e as possíveis propostas urbanas e arquitetônicas que a cidade possa lhes oferecer. Basicamente, pode-se definir dois grandes grupos distintos de moradores de rua: o morador transitório e o morador permanente (QUINTÃO, 2012).

O morador transitório abarca os indivíduos que estão em uma situação provisória, ou seja, a sua permanência na rua é passageira, estando à espera de um acontecimento, como um emprego, por exemplo. Já o grupo de moradores permanentes constitui-se daqueles que tem na rua a sua casa, o seu lar, e esta é a sua opção no tempo presente. A ideia de que morar na rua seja uma opção é pouco ou quase nunca considerada, explicando por que em campanhas ou programas oficiais do governo se conceituam estes dois grupos, como um único e coeso bloco de gente ao qual se insiste em definir como população em situação de rua, dando a ideia de que é inteiramente necessária a saída das ruas e o retorno a uma vida “digna”. Dentro desses dois grupos há ainda subgrupos no que se refere ao motivo de estarem nas ruas, por exemplo.

Segundo a de análise introdutória do Projeto Renovando Vidas:

“Em Brasília, o controle social e ideológico da população e a submissão à lógica do capital ganharam contornos mais expressivos, tornando a cidade única, com características que a diferenciam de todas as demais do País desde a sua fundação. [...] tem-se, em resumo, uma cidade funcional, na qual a instrumentalização do espaço, a estabilidade e a ordem são os fins a serem obtidos a qualquer custo, via qualquer meio. A arquitetura e o urbanismo da cidade moderna que fez jus ao tombamento de Brasília como Patrimônio da Humanidade em 1988 são apontados como cura para a anomia (ou a doença) própria das grandes cidades em todo o mundo.

As consequências desse tombamento, contudo, são o aumento da segregação espacial, da especulação imobiliária (que também segrega) e da discriminação contra pessoas sem direito à cidade.”

(GATTI, 2011, p. 14-15)

O projeto da capital do país e, para além dela, de todo o Distrito Federal denota uma espacialidade muito marcada pelos limites territoriais das suas regiões, que por sua vez se configuram em áreas muito distintas com uma organização fortemente hierárquica: Plano Piloto como centro de atividades e da economia e as demais regiões como periferias, fato observado na polarização dos moradores de rua na área centro das atividades econômicas e nas periferias onde se situam os albergues.

Tal afirmação pode ser mostrada pelo Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal (realizado em 2011 através de parceria entre o FAP/DF e a Universidade de Brasília) onde identificou-se 2.512 pessoas que vivem ou sobrevivem na rua. Destas a maioria é composta por pessoas do sexo masculino (74,6%) e raça/cor negra ou parda (82,6%). Entre os adultos 27% se concentram na Região Administrativa (RA) XX, Águas Claras, 25,1% em Brasília e 10,7% em Taguatinga. Deste montante apenas 23% dos adul-

tos têm ou alugam casa, ou seja, a maioria não tem nenhuma forma de habitação convencional fazendo das ruas seu único local de moradia. Também a maioria dessa população é composta por trabalhadores, somente 10,6% pedem esmolas e 9,9% vivem com o auxílio governamental ou de instituições (GATTI, 2012).

Cabe ressaltar que os perfis dos moradores de rua não aparecem de forma detalhada em pesquisas censitárias, assim como os motivos que os levam a estar nas ruas, que podem ser dos mais diversos. Apesar de um grande número destes fazerem o uso de algum tipo de entorpecentes (85%), sendo um dos motivos que os levam a essa situação, pode-se citar também o rompimento de laços familiares, problemas mentais, desemprego, imigração para tratamento médico, perda de moradia, entre outros. Neste contexto, não se pode esquecer que há ainda a parcela que escolhe ficar nas ruas por “[...] questões subjetivas como desejos, vontades, que não podem ser reduzidas a itens mensuráveis em pesquisas.” (QUINTÃO, 2012, p. 58).

Independente de qual grupo este morador pertença ou quais os motivos o levaram a habitar esse espaço, é na rua onde ele encontra sua morada ou seu lar e é da rua que retira seu sustento, sua sobrevivência. Apesar desse fato, mesmo tendo o direito à cidade e ao que ela oferece, o morador de rua ainda é desconsiderado, tratado como um descarte que insistem em x ou y destinações. A resposta política a essa situação tem sido a retirada compulsória

dessas pessoas dos espaços públicos. A solução oferecida tem sido a de albergues como o Albercon (albergue governamental do DF) como locais de pernoite, refeição e higiene. No entanto, 42,3% dos moradores de rua nunca utilizaram e nem mesmo conhecem um abrigo (GATTI, 2012, p. 98).

Para uma parcela da sociedade a população de rua é um elemento indesejado à paisagem, mesmo em condições formais de acolhimento, como o Albercon, não raro vemos mobilizações de moradores avizinados a tal instituição insistindo na retirada do abrigo e dos “mendigos” da convivência das crianças e das famílias.

Não se pode negar que há uma marcação de território imposta por estes cidadãos, e a partir do momento que ele produz a ação de habitar, ele desenvolve uma existência sólida dentro da paisagem, ao mesmo tempo que descaracteriza a rua como um espaço de permeabilidade. Juntamente com sua presença física surgem os elementos de atendimento às suas necessidades fisiológicas, esta conjunção faz com que os outros cidadãos percorram novos caminhos, se afastando da calçada transformada em habitáculo. Nesta contextualização, nos deparamos com estudos sobre a divergência do uso do espaço público:

“[...] não há uma aceitação da presença de pessoas morando nas ruas; não há uma aceitação da sua instalação nos espaços de passagem, do transitórios. E não importam como devem sair dessa situação, importa que não ocupem esses espaços, não incomodem a passagem, o caminho daqueles que transitam, não importunem a ordem estabelecida. ”

(OLIVEIRA, 2011, p. 74)

foi aceito e com o conhecimento que a aluna advinha, o exercício se tornou uma experiência intrigante que vale a pena ser conferida. O maior impasse seria: adequar e orientar o desenlace deste nada convencional programa de necessidades ao acolhimento e abrigo destes usuários em uma edificação em altura na Região Administrativa Águas Claras, Brasília -DF (figuras 01 e 02).

52

Indagando o papel do arquiteto e urbanista, enquanto planejador de espaços para pessoas, surge a ideia, no mínimo curiosa, de uma modificação no tema proposto na disciplina de Projeto Arquitetônico V (Edificações em Alturas), a de se realizar um edifício para moradores de rua.

A aluna Stephanie Campos, autora deste texto e envolvida em causas que prestam atendimento pessoas em situação de rua, questionava se havia a necessidade de mais um hotel. A alegação era que já haviam vários e que a classe abonada era sempre privilegiada. Sua indignação era o porquê de idosos, adultos e crianças em situação de rua não possuírem um local de cuidados e acomodações similares ao programa do edifício proposto. O desafio



Figura 01. Localização do terreno

Fonte: autora

— Terreno da edificação
— Av. Araucárias



Figura 02. Vista externa do edifício

Fonte: autora

Um dos primeiros questionamentos foi sobre a aparência do edifício em meio há tantos prédios envidraçados. Havia a preocupação de se distanciar da vista “fria” que por vezes pode recordar os shopping centers onde os moradores de rua não são bem-vindos. A estética do edifício surge, então, a partir das características dos espaços que são conhecidos pelo morador de rua, se erguendo sobre cimento e terra. Sua estrutura em concreto armado é aparente, fazendo alusão aos materiais das marquises e viadutos que muitas vezes são o teto e o lar dos moradores de rua. Buscando a sensação de conforto as vedações são feitas em tijolo de barro, em uma tentativa de resgatar as sensações do lar primitivo (figura 03).

A edificação possui 28 pavimentos e 2 subsolos. Respeitando a diversidade do grupo que será atendido pelo empreendimento a proposta busca oferecer espaços para diferentes necessidades. São três setores distintos distribuídos pelos seus pavimentos: o albergue, desde o mezanino ao 4º

pavimento, o hostel, do 5º pavimento ao 14º pavimento e os lares provisórios que ocupam desde o 16º pavimento somando-se ao terraço (figura 04).

O acesso aos programas do edifício se divide em dois fluxos principais: uma entrada direta pela fachada nordeste para o hostel e para o lar provisório acessados por hóspedes e residentes e outro na fachada sudeste, através de uma rampa de acesso ao mezanino, para o albergue (figura 05, 06 e 07). Também há um acesso secundário pela lateral leste que dá acesso aos subsolos, onde estão o estacionamento de veículos de moradores, hóspedes e funcionários e os carrinhos utilizados por moradores de rua, o canil, gatil, sanitários e áreas técnicas (figura 08).



Figura 03. Uso do concreto e tijolos de barro na edificação

Fonte: autora

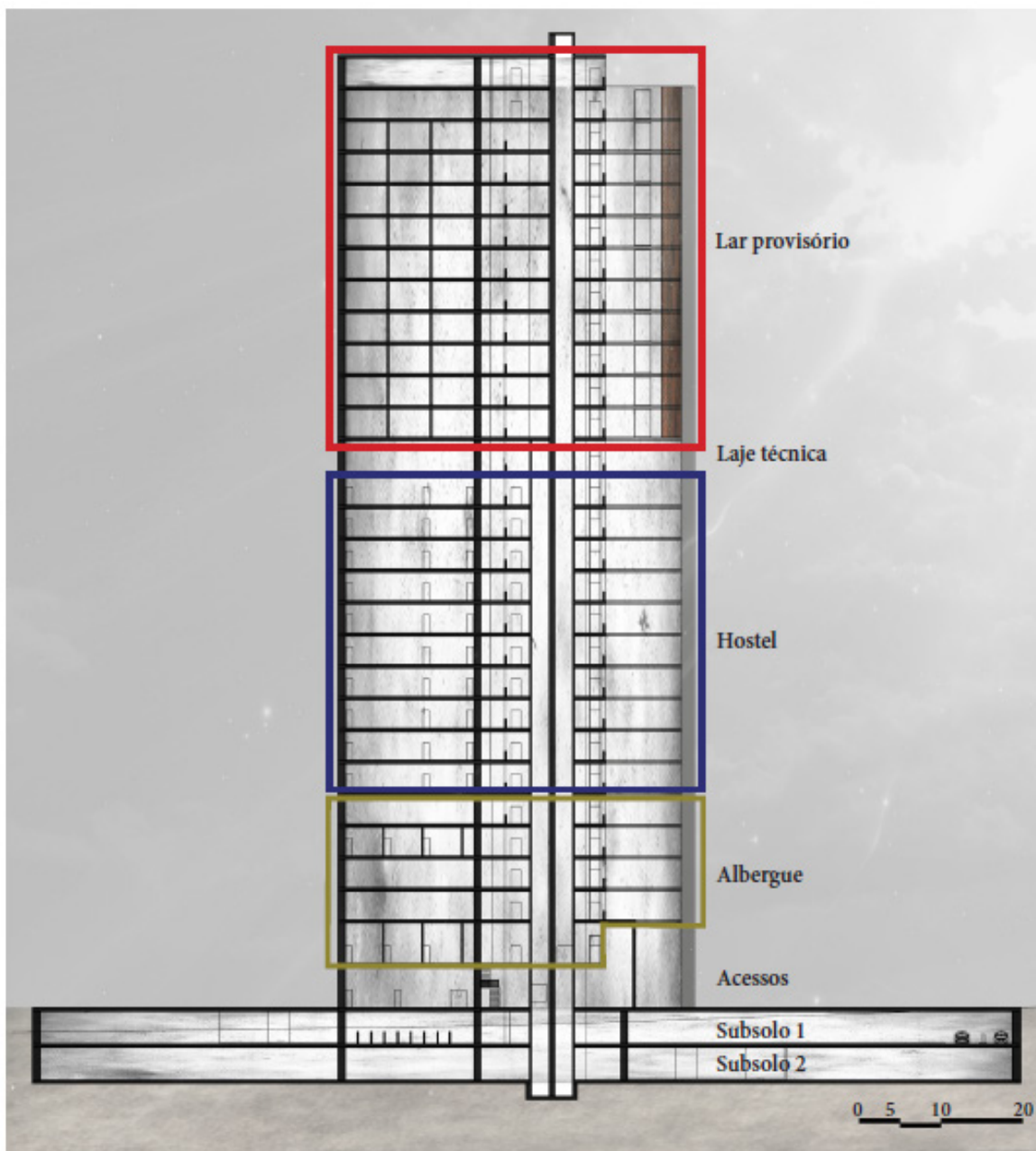


Figura 04. Corte esquemático de usos na edificação

Fonte: autora



Figura 05. Planta baixa do térreo

Fonte: autora

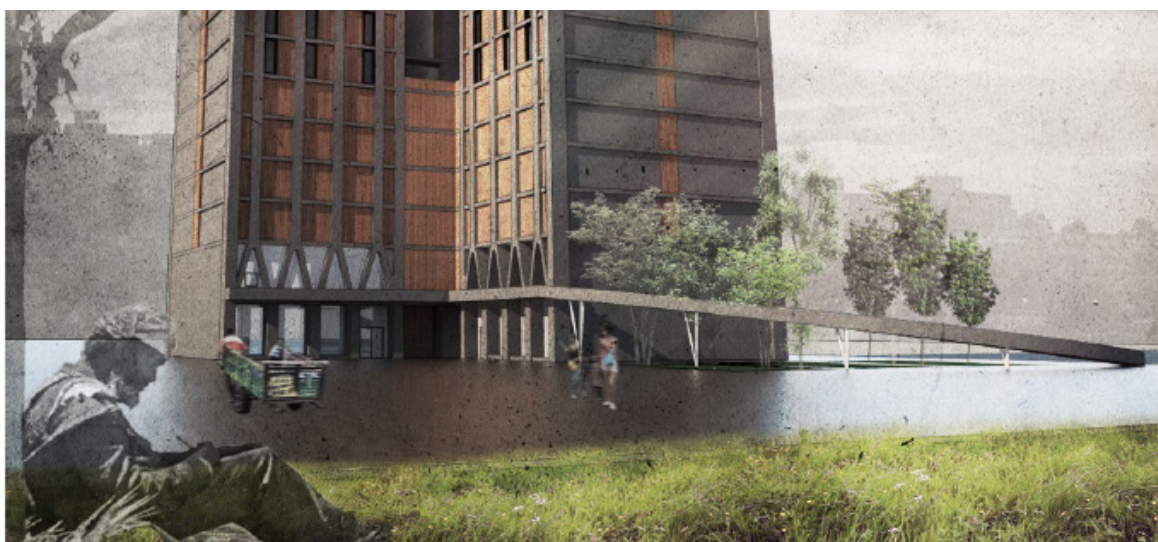


Figura 06. Perspectiva da fachada sudeste

Fonte: autora

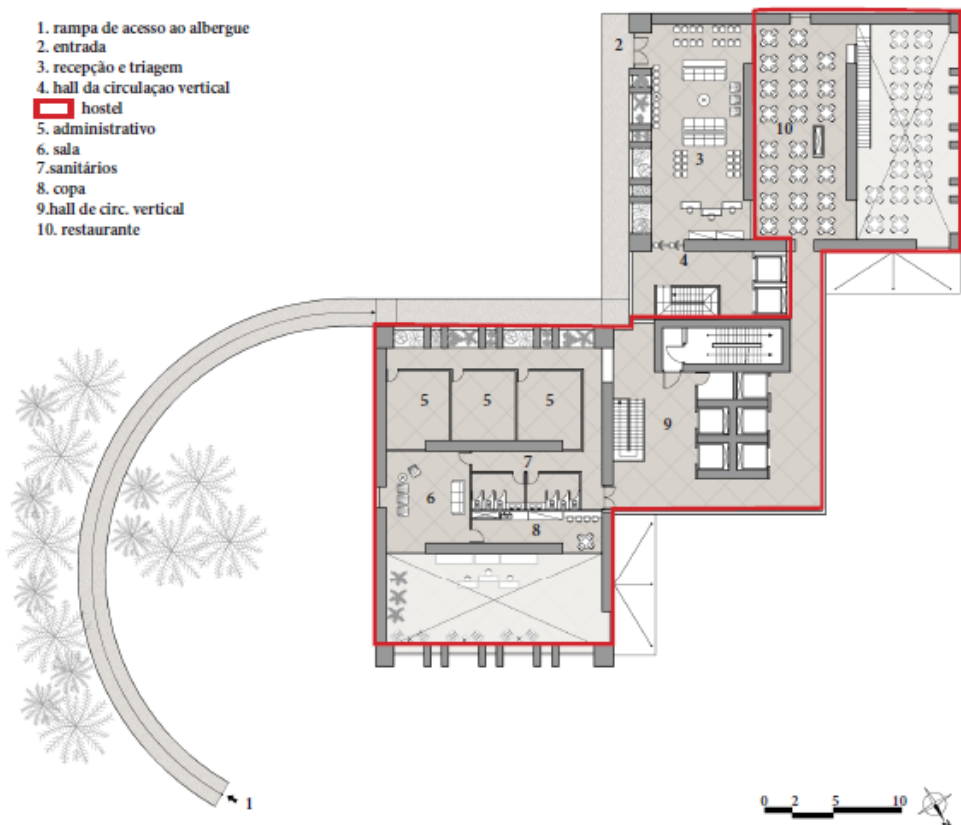


Figura 07. Planta baixa do mezanino

Fonte: autora

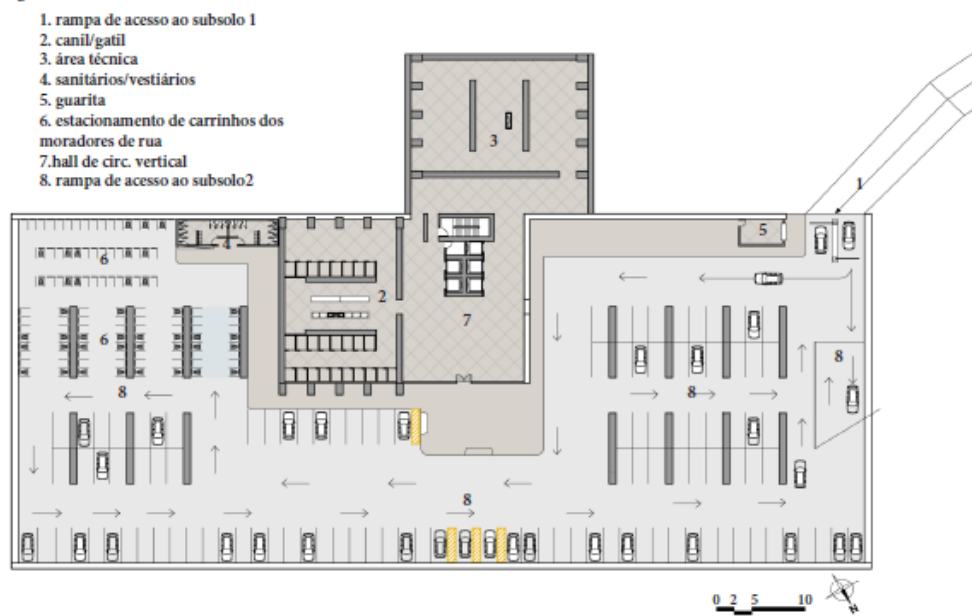


Figura 08. Planta baixa do subsolo 1

Fonte: autora

Para aqueles indivíduos que optam em permanecer nas ruas, o edifício precisava disponibilizar auxílio básico e a oferta de alguns serviços os quais eles têm dificuldade de acessar no espaço urbano público: local para banho de uso esporádicos ou diários, enfermarias para serviços simples (entendendo a dificuldade do atendimento em postos de saúde, principalmente quando não se tem documentação), espaço para se alimentarem, local para o cuidado dos seus animais de estimação, terapia, lavanderia para higienizar as roupas, abrigo do sol e da chuva ou dormitório para passar a noite. O Albergue tem quartos coletivos para pernoite de até 90 pessoas, com vestiários e sanitários, restaurante, salas para aconselhamento e acompanhamento psicológico, lavanderia coletiva e salas de atividades diversas para barbearia, corte de cabelo, doação de roupas, alfabetização, uso de telefone e internet, entre outras (figuras 09 a 13).



Figura 10. Planta do 2º pavimento

Fonte: autora



Figura 11. Planta do 3º pavimento

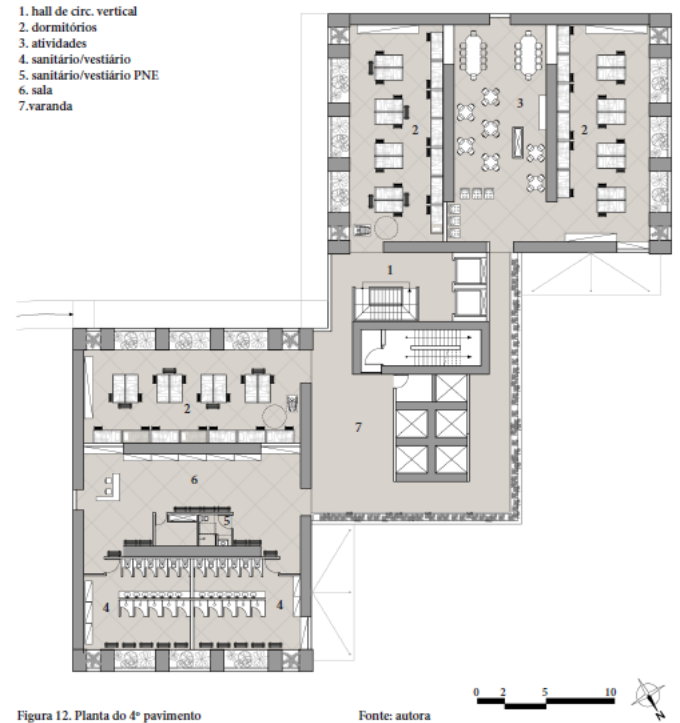


Figura 12. Planta do 4º pavimento



Figura 13. Perspectiva do dormitório do albergue

Fonte: autora

Há ainda o morador de rua que, este sim, se sente em uma situação provisória e que quer uma oportunidade de se estabelecer. O lar provisório é para atender esse indivíduo ou família que pode utilizar um dos apartamentos do edifício por um período determinado enquanto desenvolve as condições necessárias para a saída definitiva da rua. Há tipologias de apartamentos para atender a diversidade de indivíduos e constituições familiares (figura 14). Estes, já ex moradores de rua, podem trabalhar nos serviços do hostel, interagindo com diferentes pessoas, saindo da “invisibilidade” e gerando recursos financeiros para seu próprio sustento e para o funcionamento do empreendimento.

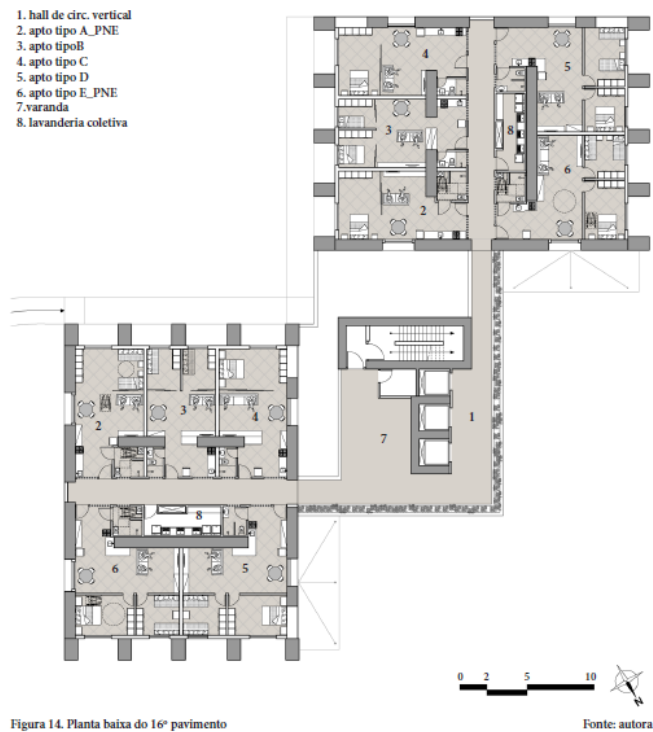


Figura 14. Planta baixa do 16º pavimento

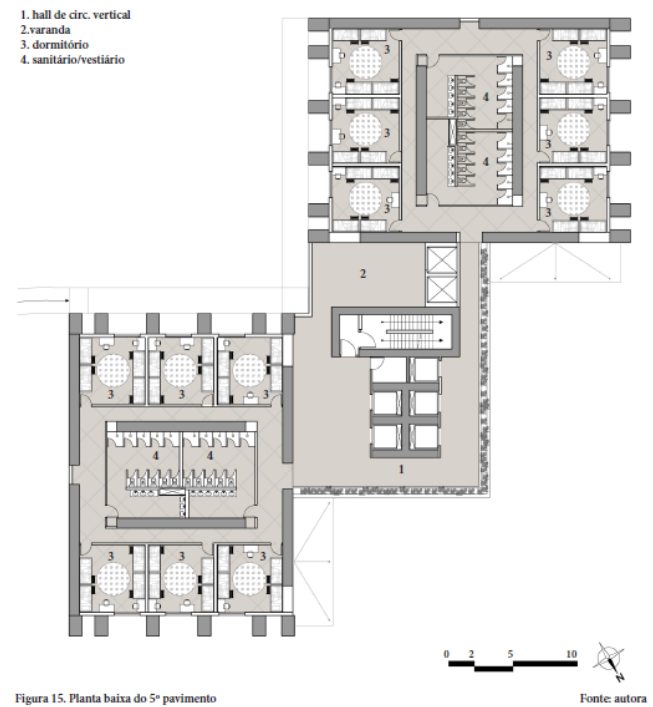


Figura 15. Planta baixa do 5º pavimento

Foi interessante vivenciar esta vontade de mudanças quanto a forma de pensar em uma arquitetura que possa proporcionar condições de vida mais adequada a esta parcela e verificar que o arquiteto desempenha importante papel enquanto agente que produz as mais diferentes formas de abrigo. Em todas as etapas de projeção buscou-se soluções que respeitassem a opção de vida dos diferentes perfis de moradores de rua. Apesar da tentativa de ampliar o programa para atender às necessidades de centenas de pessoas, as soluções adotadas não esgotam as possibilidades de intervenção no âmbito da cidade. O respeito foi ação perseguida nesse trabalho, entendendo, a partir do que temos de concreto na nossa sociedade, que como proposta utópica, que é o que define tal trabalho, ela nos serve como aprendizagem e como forma de ampliar nossas reflexões sobre o uso da cidade e de seus espaços e sobre a liberdade individual dentro de uma comunidade. E uma tentativa de criar uma saudável convivência entre as escolhas e as não escolhas de pessoas tão diversas, e por mais que se escancare seu caráter utópico, é importante ressaltar que a utopia tem uma função indispensável. Como já disse o escritor uruguaio Eduardo Galeano? “Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar.” (GALEANO, 2001)

BIBLIOGRAFIA

GATTI, Bruna Papaiz (Org.) Projeto renovando a cidadania: pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal. Brasília: Gráfica Executiva, 2011.

OLIVEIRA, Maria do Rosário. A RUA COMO ESPAÇO PARA MORAR: observações sobre a apropriação dos espaços públicos pelos moradores de rua da cidade de João Pessoa – PB. 2011. 114 p. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Centro de ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, Paraíba.

SANTOS, Júlio Cezar dos; BEVILACQUA, Solon. População de rua e (des)proteção de rua e (des)proteção social: uma análise da política nacional para a população em situação de rua. Anais eletrônicos da I CIEGESI, 2012.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. Morar na rua: há projeto possível? 2012. 150 p. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2011.

LYNCH, Kevin. The image of the city. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

GALEANO, Eduardo. Las Palabras Andantes. Buenos Aires, 2001.

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPIADAS (Rio de Janeiro) (Org.). Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro: Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

